Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

o compromisso

ANO XVI - Nº 186
Cuiabá - Junho de 2023

Acesse: www.sindsepmt.org.br

FILIADO À SINDSEP-MT CUT BRASIL CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES FENADSEF CONDSEF

FIPE

Reajustes salariais superam inflação

Página 2

ARTIGO

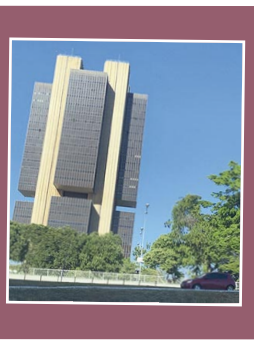
Governo é governo, sindicato é sindicato

Página 4

BANCO CENTRAL

Entenda o que é e como ele impacta na sua vida

Página 3



HISTÓRICO

Assinado acordo coletivo entre Ebserh e sindicatos

Sindsep-MT esteve presente no ato da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2024, em Brasília

Depois de oito reuniões de negociação entre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), entidades sindicais e representação dos trabalhadores que compõe a Mesa Nacional de Negociação, foi assinado, na quarta-feira, 28, o Acordo Coletivo de Trabalho ACT 2023/2024. A conclusão das negociações ocorreu de forma amigável e conciliadora, sem judicialização, algo que não acontecia desde 2017. O reajuste será de 4,92% na tabela salarial vigente em 28 de fevereiro de 2023. A nova tabela salarial, incluindo os benefícios, será aplicada na folha de julho que é paga no primeiro dia útil de agosto. Os valores retroativos serão lançados na folha de agosto, com pagamento no primeiro dia útil de setembro.

O presidente da Rede Ebserh, Arthur Chioro, salientou que a conclusão de um ACT em tão pouco tempo de negociação, sem judicialização, representa a aposta do governo do presidente Lula, com orientação do ministro da Educação, Camilo Santana, de diálogo franco e direto com os trabalhadores. "Não podemos exigir melhores condições de atendimento para a população, de ensino, de pesquisa, se nós não reconhecermos o valor de cada trabalhadora, de cada trabalhador da Ebserh", ressaltou o dirigente.

"Portanto, devemos reconhecer não apenas o reajuste dos valores nos salários, mas também os benefícios sociais que foram negociados, reconhecer a direção sindical, reconhecer o diálogo na mesa como um espaço de mediação, de busca de soluções, da constituição de grupos de trabalho para aquilo que nós não conseguimos avançar nesse primeiro momento. Nós mostramos, com maturidade, que é possível produzir uma negociação que seja boa para os nossos trabalhadores e trabalhadoras, boa para a Ebserh e boa para o Brasil", completou Chioro.

Benefícios - Em relação à ação em andamento no Tribunal Superior do Trabalho sobre o ACT 2020/2023, foi feito um acordo de desistência dos recursos, que resultará na aplicação imediata do índice de 11% no reajuste dos benefícios. A tabela salarial implantada em julho e paga em agosto já contemplará os 11% de reajuste dos benefícios. O pagamento retroativo (folha de agosto paga em setembro) contemplará o índice de 11% dos benefícios referentes ao período de março de 2022 a fevereiro de 2023. Assim, os auxílios terão um reajuste acima de 15%.

Com os reajustes, os benefícios terão os seguintes valores: auxílio-alimentação, R$ 660,09; assistência médica e odontológica, R$ 180,68 por pessoa (titular e dependentes); auxílio pré-escolar, R$ 213,96; e auxílio à pessoa com deficiência será de R$ 241,63. Além disso, foram criados seis grupos de trabalho para debater os seguintes temas: Assédio; Revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários e Norma de Progressão; Adicional de Titulação; Previdência Complementar; Seguro de Vida em Grupo; e Licenças e Afastamentos.

O assessor da Presidência, Fausto Figueira, um dos dirigentes da Ebserh que conduziu as negociações, afirmou que a construção do ACT foi um processo muito rico, onde se restabeleceu, a rigor, a relação de respeito com as entidades que representam os trabalhadores. "Nós tivemos uma enorme participação de trabalhadores. Foram 43 empregados na negociação, representando 86 sindicatos no país, e todos participaram dessa discussão numa relação de respeito, em que os tempos da democracia foram restabelecidos", disse Figueira.

"Nós acreditamos no diálogo e na transparência. Por isso, desde março abrimos um canal direto de negociação com as entidades sindicais com o objetivo de encontrar soluções viáveis para as reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa. A proposta aprovada leva em conta a realidade econômica do país e, em especial, o orçamento da União. Queríamos um índice melhor, mas não foi possível devido às condições orçamentárias herdadas. Entretanto, avançamos em diversas cláusulas sociais e manteremos o canal de diálogo permanentemente aberto, pois as conquistas devem ser concretizadas todos os dias, e não apenas em uma época do ano", declarou a diretora de Gestão de Pessoas da Ebserh, Luciana de Gouvêa Viana. Social da Rede Ebserh

Fotos: Mário Hashimoto

Representantes dos empregados da empresa prestigiaram o ato

Sérgio Ronaldo da Silva, da Condsef/Fenadsef, assina o ACT

ACOMPANHE A NOSSA LUTA E O QUE JÁ CONQUISTAMOS SOMENTE NESTES PRIMEIROS 6 MESES

1- Reajuste salarial linear de 9% para ativos, aposentados e pensionistas, a partir de 1º de maio de 2023 (MP 1.170/2023);
2- Reajuste do auxílio alimentação de 43,6%, passando para R$ 658,00;
3- Homologação doas ACTs (Acordos Coletivos de Trabalhos) da Conab 2019/2021 e 2021/2023. Os dois ACTs reajustam em 18% o salário dos trabalhadores e mantêm o Serviço de Assistência à Saúde (SAS);
4- Assinatura do ACT da Imbel 2023/2024 que reajusta o salário em 3,9%, e alteração no PECS (Plano de Empregos, Carreiras e Salários) para reduzir a carga horária de 44 para 40 horas semanais sem redução salarial;
5- Instalação da Mesa Nacional de Negociação Permanente;
6- Compromisso de instalação de Mesas Setoriais de Locais de Negociação Permanente;
7- Revogação da Nota Técnica nº 1556/2020/CGUNE/CRG da Controladoria-Geral da União (CGU) que punia com PAD servidores que criticassem o governo.
8- Conseguimos barrar na MP 1154, a extinção da Fundação Nacional da Saúde (Funasa)
9- Assinatura do ACT 2023/2024 da Ebserh

SINDSEP-MT

É DE LUTA! É DE MATO GROSSO!
VENHA PRO SINDICATO VOCÊ TAMBÉM!

SALARIÔMETRO

Fipe: Nove em cada 10 reajustes salariais negociados superaram a inflação em maio

Desde 2018 os reajustes salariais a partir das negociações sindicais não chegavam a um patamar tão alto

Os trabalhadores e trabalhadoras que contam com o apoio de seu sindicato nas negociações coletivas têm obtido êxito em conquistar reajustes salariais acima da inflação. É o que mostra o Salariômetro , levantamento da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

No último mês de maio 91,9% dos aumentos salariais, a partir de negociações e convenções coletivas superaram a inflação acumulada nos 12 meses anteriores, medida pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Ou seja, a cada 10 negociações, nove resultaram em ganhos para os trabalhadores.

Este é o maior patamar desde o início da série histórica do Salariômetro, iniciada no final de 2012. O último ano em que se registrou um índice próximo a este foi em janeiro de 2018 com 91% dos aumentos sendo maiores do que a inflação.

Em média, os aumentos de maio deste ano foram 1,5 ponto percentual maiores que o INPC. De acordo com a Fipe, a média dos reajustes do mês passado foi de 5,3%. Já a inflação acumulada nos 12 meses anteriores foi de 3,8%. Foi o maior ganho real em um mês na parcial de 2023. Somente 1,4% dos reajustes de maio ficaram abaixo da inflação. Outros 6,7% foram iguais ao INPC, diz a Fipe.

Na comparação com o mês anterior o indicador subiu mais de 30%. Em abril foram registrados aumentos salariais acima da inflação em 61% das negociações coletivas.

Nos cinco primeiros meses de 2023 na comparação com o mesmo período do ano passado, os trabalhadores também conquistaram reajustes acima da inflação, maiores. De janeiro a maio 74,7% dos reajustes negociados ficaram acima do INPC. No mesmo período de 2022, essa parcela foi bem menor, de 19,5%.

O valor médio do piso salarial ficou em R$ 1.630, também acima da média dos últimos 12 meses de R$ 1.508. No entanto, a média deste ano de janeiro a maio é menor: R$ 1.470. (Portal CUT, com informações do UOL)

Sindsep-MT consegue liberar abono de permanência

É um incentivo, pago ao servidor que já preencheu todos os requisitos para se aposentar, mas opta por permanecer na ativa.

Depois de muitas dificuldades, o Sindsep-MT está conseguindo liberar várias portarias através do chefe substituto do Serviço de Gestão de Pessoas da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde em Mato Grosso. A Portaria SAA nº 76, publicada no Diário Oficial da União 17, em 24/01/2023, onde concede abono de permanência aos servidores **abaixo relacionados**, por ter completado o tempo para aposentadoria.

O presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, que participou de reuniões nas regiões de Terra Nova do Norte, Colíder e Sinop disse para que os que ainda não constam o nome nesta relação para que não fiquem desanimados porque esteve com o novo superintendente do MS e ele foi muito solícito abrindo diálogo com o sindicato.

Exame toxicológico - Em áudio enviado aos servidores da Saúde, Carlos Almeida também relatou que esteve com o médico Otávio Américo Medeiros Brasil, de Brasília, para ver se conseguia baixar o valor de R$ 600,00 para exame toxicológico, mas o mesmo foi irredutível, alegando que os preços dos insumos encareceram muito. O toxicologista apresentou, para apenas ilustrar, outros dois laboratórios que cobram valores bem acima dos 600 reais.

Veja aqui se você está na lista.

Antonio Carlos Menegatti
Antonio Laurentino da Silva
Ailton Raimundo do Nascimento
Antonio Guabiraba da Silva
Adilson Dirceu de Carvalho
Antonio Ribeiro da Silva
Anisio Teixeira de Matos
Adilson Benke
Aurelio Nezinho de Arruda
Antonio Carlos Sales
Anildo Rodrigues Pereira
Antonio Melchior
Benedito Marina de Andrade
Cesário Alves da Rocha
Custódio Martins Oliveira Filho
Donato Ferreira da Silva
Elio de Moraes
Eduardo Mota da Costa
Egidio Joel Engster
Evandro Djalma Guedes
Eduardo Marcelino Martins Neto
Edivan daSilva Campos
Gilberto José da Silva
Geovano Santos Moreira
Hermes Pinto Carvalho
João Sebastião Alves Pereira
Jacineu Pereira Lopes
Jacob Alves de Santana
José Antonio de Oliveira
Joaquim Ademir da Silva
José Neto da Silva
Joel Vieira Barbosa
João Oraldo Mendes
Lauro Luis da Fonseca
Lucil Griep Kiessler
Luiz Carlos Andrade
Marco Antonio N. de Oliveira
Miguel Batista Silva
Manoel Rodrigues da Silva
Miguel Henrique Para
Nelson Hergesell
Ocimar Garcia Sorrilla
Valdim Ferreira Lima
Valdoir de Souza
Sebastião Marques de S. Filho

Atividades do Sindsep em Junho

Acompanhe nossas ações diariamente em nossa página: *www.facebook.com/sindsepmt*

O Sindsep-MT e a Condsef/Fenadsef participaram da reunião no dia 28, no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), onde se discutiu a reestruturação da Funasa. Pleiteada pela categoria desde que a extinção foi revertida graças a um intenso trabalho de força tarefa feito pelos servidores junto aos parlamentares e os debates promovidos no Congresso Nacional.

A informação levada pelos servidores ao MGI é de que pelo menos três PDL´s (Projeto de Decreto Legislativo) estariam sendo discutidos no Congresso. Segundo o MGI há conhecimento de apenas um desses projetos e que o ministério irá em busca de conhecer os outros. Há ainda uma discussão sobre se o PDL não seria inconstitucional neste caso, sendo necessária a utilização de outro instrumento legal. (Com Condsef)

Foi realizado no dia 16, a Assembleia Geral Extraordinária do Sindsep-MT na sede da CUT-MT. Na pauta, eleição de delegados para a 13º Cecut que será realizado entre os dias 21 a 23 de julho, análise de conjuntura, informe jurídico e encaminhamentos. Além dos filiados, participaram o bancário João Luiz Dourado, Secretário de Administração da CUT e Henrique Lopes, presidente

O Sindsep-MT protocolou no Ministério da Saúde, no dia 27 de junho, ofício solicitando resposta ou certidão explicativa com fundamento legal do motivo pelo qual NÃO FOI RECONHECIDO OU CONCEDIDO o abono de permanência a todos os cargos que se enquadram na portaria no 484, de 10 de abril de 2014, artigo 5°, §1° e 2°, referente aos requerimentos administrativo ora já protocolados pelos servidores. No prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme previsto no artigo 49 da Lei 9.784/99, prazo este contado a partir do protocolo do presente.

Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmt.org.br
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA QUADRIÊNIO 2022/2026

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; Vice-Presidente: Elias Belisário de Araújo; Secretaria Geral: Fernando Pivetta; Adj. Secretaria Geral: Zeni Salete Boff; Secretaria de Finanças: GildásioFerreira Gomes; Adj. Secretaria de Finanças: Silvia Cléia Aires Ferreira: Secretaria de Administração: Enildo Gomes; Adj. Secretaria de Administração: Nelso Fortunato Ojeda; Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Damásio de Souza Pereira; Adj. Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Rosana Luzia Gomes da Costa; Secretaria de Formação e Política Sindical: José Olímpio da Silva Neto; Adj. Secretaria de Formação e Política Sindical: Eliete Julia Sala Santin; Secretaria do Interior: Benedito Assis da Silva; Adj. Secretaria do Interior: Albir Alves de Brito; Secretaria de Imprensa e Comunicação: Gilmar Campos Soeiro; Adj. Secretaria de Imprensa e Comunicação: Adilson Benke; Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Izael Santana da Silva; Adj. Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Elza Barbosa dos Santos; Secretaria da Saúde do Trabalhador: João de Deus da Silva Filho; Adj. Secretaria da Saúde do Trabalhador: Celso Alfredo Simon; Secretaria dos Anistiados e Demitidos: Joacira Santana Rodrigues de Almeida; Adj. Secretaria dos Anistiados e Demitidos: José Maria Silva e Arruda; Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Manoel Martins; Adj. Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Idivaldo Bernardes de Oliveira; Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Joilson Ruas do Nascimento; Adj. Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Sandra Cristina Ribeiro; Suplentes de Direção: I - Deusdete Cabral; II - Rosina Almeida Paiva; III – Divina de Oliveira Santos; IV – Aderbal Castro de Queiroz; V – Donato Ferreira da Silva; VI - Jacira Weis. Conselho Fiscal – Membros Efetivos: I - João Sebastião Alves Pereira; II - Benedita Vandinéia de Oliveira; III - Edmilson Lourenço Máximo; Suplentes do Conselho Fiscal: I - Geovano Santos Moreira; II - Ademar Viana dos Santos; III - João Martins de Souza.

Atividades do Sindsep em Junho

Acompanhe nossas ações diariamente em nossa página: *www.facebook.com/sindsepmt*

Foto: Sílvia Cléia

O Sindsep-MT promoveu no dia 5, encontro com servidores da Funasa após 5 meses de luta contra a extinção do órgão. O presidente do sindicato, Carlos Alberto de Almeida, enalteceu a força tarefa formada por companheiros de vários estados que se revezavam dentro e fora do Congresso. A luta continua, agora é pela reestruturação da Fundação. Também não podemos esquecer da PEC 32/2020, da Reforma Administrativa, que o presidente da Câmara Federal, Arthur Lira, quer ressuscitar, colocando em risco

Foi realizada no dia 23, na sede social da Assusp, em Sinop, assembleia geral convocada pelo Sindsep-MT, com servidores aposentados, pensionistas e da ativa, tendo como pautas a aposentadoria especial (PPP), intoxicados da ex-Sucam e informes gerais. Dúvidas foram desfeitas principalmente com relação a não extinção da Funasa e a sua reestruturação. O PPP também chamou muito a atenção dos servidores e servidoras presentes. Terra Nova do Norte e Colíder também tiveram reuniões.

Lançado no dia 13, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. A Frente, que atua desde 2007 no Congresso, retoma os trabalhos nessa legislatura sob coordenação dos deputados Rogério Correia (PT-MG), Alice Portugal (PCdoB-BA) e os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Zenaide Maia (PSD-RN). A Frente promete lutar contra a PEC 32, de 2020 e defende uma revisão do regime de recuperação fiscal, conhecido como Arcabouço Fiscal, os quais preveem congelamento dos salários dos servidores e nos investimentos dos serviços públicos.

BANCO CENTRAL

Entenda o que é, o que faz e como impacta na vida de cada um de nós

Os últimos meses têm sido marcados pela intensificação da mobilização da CUT, centrais sindicais e movimentos populares, além de setores produtivos contra a alta taxa de juros, mantida pelo Banco Central, desde agosto de 2022 em 13,75%. É a maior taxa do mundo e traz inúmeros prejuízos à economia do país e, sobretudo, à população brasileira – os trabalhadores e trabalhadoras.

O governo federal, empresários, economistas progressistas, centrais sindicais e movimentos sociais são unânimes em afirmar que os juros altos travam o crescimento econômico, aumentam a dívida pública, impedem a geração de empregos e ainda provocam a desigualdade.

Um estudo internacional publicado em 2021, já mostrava que nos países em que os bancos centrais são independentes, ou seja, o Executivo não tem ingerência sobre as decisões da instituição, fica restringida indiretamente a política fiscal e acaba por enfraquecer a capacidade do governo de se envolver na redistribuição de renda. (veja abaixo).

Mas afinal, qual é o papel do Banco Central para o país. O que faz, e qual seu poder de atuação? Para responder essas e outras questões, o Portal CUT mostra, a seguir, quais são os principais pontos que todos os trabalhadores devem ter em mente sobre a instituição para entender de forma clara como a o BC vem tornando as nossas vidas financeiras mais difíceis.

O que é o Banco Central? - Criado em 1964, a instituição é uma autarquia de natureza especial, inicialmente comandada pelo Executivo Federal com o propósito de regular, por meio de uma política monetária, a economia brasileira.

Para que serve? - Entre as atribuições estão o controle da inflação, garantir a solidez do sistema financeiro, gerenciar a circulação da moeda nacional (em espécie) além de ser o banco dos bancos e o banco do governo.

Isso significa que o BC funciona como uma instituição onde os bancos mantêm contas com suas reservas, que são monitoras a fim de garantir que transações financeiras aconteçam, ou seja que assegurem que os demais bancos terão capital suficiente para arcar com seus compromissos.

É também o banco do governo, que também mantém no BC suas reservas nacionais e internacionais.

Outra responsabilidade do Banco Central, definida por lei, é fomentar o pleno emprego no Brasil.

Comitê de Política Monetária – Copom - O Comitê de Política Monetária (Copom) é o órgão do Banco Central, formado pelo seu Presidente (hoje, Roberto Campos Neto) e diretores, que define, a cada 45 dias, a taxa básica de juros da economia – a Selic.

Uma vez definida a taxa Selic, o Banco Central atua diariamente por meio de operações de mercado aberto – comprando e vendendo títulos públicos federais – para manter a taxa de juros próxima ao valor definido na reunião.

A última reunião foi realizada nos dias 20 e 21 de junho, quando o Copom definiu manter a taxa de juros em 13,75% ao ano. A próxima reunião deverá ocorrer em agosto.

Autonomia – o que é a quem serve? Em 2021 o ex-presidente Jari Bolsonaro (PL), sancionou a Lei Complementar 179 que deu autonomia ao Banco Central. Se antes a instituição era subordinada ao executivo, a partir da lei passou a ter autonomia para, por exemplo, como acontece hoje, manter taxas elevadas de juros como política monetária, tornando-se, portanto, parcial em seu posicionamento, já que penaliza a classe trabalhadora e favorece os rentistas (aqueles que ganham dinheiro com investimentos e não com produção) e o sistema financeiro (os bancos).

Em outras palavras, transfere recursos da população ao sistema financeiro, promovendo ainda mais desigualdade no país.

A autonomia, de acordo com a lei, dá poder ao BC que as metas da política monetária sejam estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (Copom), ligado ao próprio banco.

O presidente do Banco Central é escolhido pelo presidente da República e tem mandato de quatro anos. A figura que atualmente ocupa o cargo é o declarado apoiador de Bolsonaro, Roberto Campos Neto, que de acordo com o movimento sindical tem agido para boicotar o atual governo com a manutenção toda taxa básica de juros em patamares elevados.

De acordo com a lei, apenas o Senado tem o poder de avaliar a conduta do presidente do Banco Central. Desta forma, é o Senado que pode decidir a permanência dele no cargo.

Política monetária – como os juros altos impactam na vida de cada um - Por ter a finalidade de controlar e alcançar as metas de inflação do país, o Banco Central define, por meio da política monetária, qual a taxa de juros básica a ser aplicada no país. É conhecida como Selic e serve de referência para todas as transações financeiras realizadas, desde empréstimos pessoais a juros do cartão de crédito, passando por operações que movimentam a economia do país como os financiamentos destinados à produção nos mais diversos setores.

Ou seja, não somente o cidadão, mas também o setor produtivo – as empresas, o comércio, as indústrias, a agricultura e a pecuária também ficam submetidas a tal política.

Trabalhadores: Para o cidadão comum, os impactos mais cotidianos são sentidos na hora de pagar as contas. Um exemplo simples é quando o brasileiro, por conta do orçamento apertado, precisa entrar no rotativo do cartão de crédito. É a alta taxa de juros do Banco Central o ponto de partida para que os bancos e administradoras de cartões pratiquem a taxa de mais de 400% ao ano.

Trabalhadores e trabalhadoras também sentem no bolso a alta taxa de juros ao comprar bens de consumo como eletrodomésticos, veículos, entre outros. Com a taxa de juros em 13,75%, o consumidor acaba pagando cerca de 50% do valor do bem adquirido, somente como juros.

"Os juros estão embutidos nos produtos. Quando um trabalhador vai comprar uma geladeira, um fogão, ele não compra à vista. Ele financia e com os juros praticados, compra um, mas acaba pagando por três", disse o presidente da CUT, Sérgio Nobre, durante os atos contra os juros altos, realizados no dia 21 de junho.

Setor produtivo: Por este motivo, o fomento à geração de empregos, previsto em lei como atribuição do Banco Central, fica comprometido. Com juros altos, o consumo se reduz e isso impacta na produção, que por sua vez gera empregos. Ou seja, se não há consumo, não há produção, se não há produção não há empregos, se não há empregos não há consumo e assim a economia na gira.

"A taxa de juros, que é definida pelo BC, tem o poder de gerar emprego ou de causar desemprego. Quando está muito alta, como agora, ela impede a geração de emprego. Porque, com a taxa tão alta, as pessoas não conseguem comprar, não conseguem financiar uma casa, porque vão pagar duas. Elas não vão financiar um carro, porque metade do preço vai ser de juros", explicou a vice-presidenta da CUT, Juvandia Moreira, também vice-presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

Governo e investimentos públicos: com a Selic alta, o governo federal também fica obrigado a dispor de mais recursos que poderiam ser destinados a áreas sociais. Para manter investimentos, é praxe o governo emitir títulos da dívida pública, que são adquiridos por investidores – os ricos – que por sua vez, ao resgatarem esses títulos, esses valores serão corrigidos. Com juros altos, é mais dinheiro que o governo é obrigado a pagar.

Juvandia Moreira explica que o governo está gastando em torno de R$ 600 bilhões com o serviço da dívida, a cada ano. "Imagina esse dinheiro na economia? Quantas casas próprias, moradias populares, creches e hospitais. Então quanto mais alta a taxa de juros, mais o governo gasta", ela conclui.

Vale lembrar que esses recursos são públicos, ou seja, é dinheiro do consumidor, do trabalhador e de empresas que pagam seus impostos. Desta forma, "ao invés do governo ter dinheiro para investir, gerar emprego e renda, o governo tem que pagar para o mercado financeiro, para os especuladores", reafirma a vice-presidenta da CUT.

Profecia - Ainda em 2021, quando o projeto havia sido aprovado no Senado, em entrevista ao Portal da CUT, o economista e presidente do Instituto Lula, Marcio Pochmann havia dito que a autonomia escondia uma parcialidade já que a instituição ficaria distante de políticas governamentais.

"Nas mãos do mercado financeiro, o BC não atuará numa uma política de incentivo ao emprego e à renda. O trabalhador também será prejudicado com uma política de juros altos que influenciam a habitação, seus gastos pessoais, as contas no supermercado. A vida ficará mais difícil para quem precisa de crédito pra comprar bens duráveis, de consumo, como carros, imóveis e até a possibilidade das empresas contratarem em investir em obras", disse o economista à época.

O fato se consumou. Hoje, Campos Neto, alheio à queda da inflação e ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) apresentada nos últimos meses, insiste em manter a taxa de juros em patamar elevado, argumentando que a economia 'ainda precisa dar sinais de estabilidade'.

Banco Central independente trava o desenvolvimento e gera desigualdade - Segundo cálculos do próprio Banco Central para cada 1% de elevação da taxa de juros a dívida pública do país sobe em R$ 38 bilhões. De acordo com economistas, caso a taxa fosse reduzida em apenas meio ponto percentual durante um ano, isso já garantiria o orçamento de 2023 para o Programa Minha Casa Minha Vida.

"Se você tem uma taxa 5% acima do que deveria custar, isso custa R$ 190 bilhões de reais. O governo fica fazendo economia de meio bilhão, um bilhão, mas gasta quase 200 bilhões em razão de uma taxa nessa altura", explicou o vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, na última quinta-feira (22), em entrevista coletiva em Brasília.

Um estudo do Banco Mundial de 2021 aponta ainda que a independência do BC provoca uma desregulação da economia e dá liberdade total aos mais ricos, explodindo o valor dos ativos (os títulos da dívida pública, por exemplo) no mercado, privilegiando exclusivamente as elites.

"Observe que, neste modelo, a desigualdade é um efeito colateral e não um objetivo em si. Não estamos afirmando que o BC independente está causando desigualdade. Em vez disso, estamos postulando que ele modifica os incentivos dos formuladores de políticas para adotar políticas de compensação", explicam os economistas Michael Aklin (Universidade de Pittsburgh), Andreas Kern (Universidade Georgetown) e Mario Negre (Banco Mundial), responsáveis pela pesquisa

O estudo analisou dados de 121 países, no período de 1980 a 2013, e descobriu que durante esse intervalo de tempo os mais ricos aumentaram sua fatia na renda total dessas nações, em prejuízo das camadas de menor renda.

"O impacto foi especialmente severo para os 10% mais pobres, mas também foi negativo e estatisticamente significativo para os 60% da população com menor renda".

Luta da CUT contra os juros altos - Após intensa mobilização a fim de pressionar Campos Neto a baixar os juros, a CUT, centrais sindicais e movimentos populares irão ao Senado Federal exigir ações para reverter a política monetária atual, praticada pelo Banco Central comandado por Campos Neto.

"A autonomia do Banco Central e a manutenção de Roberto Campos Neto, um agente do então governo Bolsonaro, como presidente dessa instituição essencial à regulação macroeconômica, beneficiam a minoria de especuladores e rentistas, em prejuízo da classe trabalhadora, quem produz, comercializa, presta serviços, enfim, da maioria da população, que não aguentam as altas taxas de juros praticadas do Brasil", diz trecho de nota publicada no dia 21 de junho.

O posicionamento expresso da Central é de "o Senado Federal deve tomar as medidas cabíveis para retirar da presidência do BC - um inimigo do Brasil". (Portal CUT)

O nosso sindicato continua com campanha de filiação de servidores, da ativa, aposentados e pensionistas. Um dos principais motivos de ser filiado é ser representado. Quanto maior o número de filiados (as), mais forte estaremos na luta por benefícios e contra retirada de seus direitos. A sindicalização é a consciência de classe fundamental ao fortalecimento da categoria e do sindicato. A hora é essa! Filie-se você também.

ARTIGO

Governo é governo, sindicato é sindicato

*Edison Cardoni

A Câmara aprovou o brutal substitutivo do deputado oposicionista Cláudio Cajado (PP-BA) que agrava os efeitos do PLP 93/2023, mal denominado "arcabouço fiscal" - na verdade, é arrocho sobre os programas sociais e serviços públicos para atender à sanha dos nababescos especuladores do mercado financeiro, na contramão da vontade popular que subiu a rampa do Planalto em 1º de janeiro.

Sai a EC 95/2016, descumprida em R$ 749 bi por Bolsonaro, e entram amarras que comprometem a reconstrução dos serviços públicos e do Brasil. Até mesmo a imprensa reconhece a tentativa de captura do governo pelo presidente da Câmara Arthur Lira (PP/AL), o mesmo que tenta ressuscitar a PEC 32, da Reforma Administrativa.

Em alguns meios sindicais, abriu-se, de imediato, uma falsa disputa sobre o grau de denúncia ou condenação que deveria haver em relação ao governo Lula. E logo dividiram-se águas entre quem "ataca o governo" e os que "defendem o governo".

Não é essa a polarização necessária para ajudar no avanço da organização dos trabalhadores e o combate contra seus inimigos de classe.

Ela é falsa porque não há o que defender na posição do governo cuja responsabilidade é clara: emparedado por um congresso conservador, reacionário e vendido ao capital financeiro, cercado pela imprensa igualmente porta-voz dos interesses do imperialismo, o governo havia assumido, ainda antes da posse, em dezembro de 2021, o compromisso de propor uma lei que substituísse o teto de gastos do golpista Temer, na chamada PEC da transição. Ninguém poderia acreditar que coisa boa sairia desse compromisso com o congresso reacionário.

Ela é falsa porque "atacar o governo" nesse ponto joga água, justamente, no moinho dos reacionários. E, não sendo governo, o sindicato não pode e não deve assumir a responsabilidade pelo que faz o governo. Sua tarefa é lutar intransigentemente pelas reivindicações, seja qual for a situação, seja qual for o governo.

Ao mesmo tempo, sendo independente, o sindicato não é indiferente à situação do país e ao que ocorre no parlamento e no governo, sobretudo porque interfere diretamente nas condições em que a luta vai se desenvolver.

A independência e a responsabilidade com as aspirações dos trabalhadores em meio ao aprofundamento da crise social e de um governo cercado pelos porta-vozes da agenda derrotada e pelo golpismo exige o apoio às boas medidas como a retirada de estatais, como os Correios, da lista de privatizações; o aumento da faixa de isenção do IR, o reajuste, mesmo que parcial do funcionalismo, depois de quatro anos de congelamento; o aumento real do salário-mínimo; a lei do trabalho igual-salário igual entre homens e mulheres; ou ainda a posição em relação à guerra da Ucrânia (condena a invasão pela Rússia e condena os EUA, OTAN e União Europeia por fazerem a "guerra por procuração"). Mas exige também a crítica e o combate a medidas regressivas prisioneira do sistema financeiro, de Lira, que comprometem as necessidades dos trabalhadores e amarram a capacidade de atendimento das reivindicações pelo próprio governo.

Dessa forma, nós, que desde o início nos posicionamos contra o "arcabouço fiscal", temos agora a urgente tarefa de mobilizar para cobrar dos senadores a retirada de todas as travas e gatilhos que arrocham o serviço público, penalizam os servidores e comprometem a recuperação dos anos de destruição de Temer e Bolsonaro.

É hora de continuar a luta, que será longa.

---

* Edison Cardoni é diretor da Condsef/Fenadsef

MÊS DE JULHO 2023

NOME	DIA
ADAIR CARDOSO GOMES	11
ADAIR MARTINS DA SILVA	26
ADAIRTON AMBROSIO DE LIMA	07
ADELAIDE FERREIRA DOS SANTOS BOA SORTE	03
ADEMIR GARCIA NEVES	18
ADEVANILCE CLEMENTINA DA LUZ BARROS	07
ADRIANA QUIXABEIRA MACHADO	02
ADRIANA RODRIGUES DE PAULA AMARAES	07
AGENOR GOMES DO NASCIMENTO FILHO	04
AIRZA FERNANDES MUNGO	19
ALBERTINO SABINO DE ALMEIDA	11
ALISSON FERREIRA ALVES	23
AMELIA NUNES DA SILVA	10
ANA ANTONIA DE OLIVEIRA	05
ANA BENEDITA CARVALHO DOS SANTOS	06
ANA LUIZA DE ALMEIDA NETA	07
ANGELITA DA CUNHA SANTOS	31
ANILDA NUNES DE MATTOS	04
ANTONIO ALVES DE ARAUJO	17
ANTONIO ALVES DE FREITAS	16
ANTONIO APARECIDO DE OLIVEIRA	07
ANTONIO CARLOS MENEGATTI	07
ANTONIO FRANCISCO ALVES	28
ANTONIO JOSE BENEDITO DE SIQUEIRA	21
ANTONIO MARCIO DE OLIVEIRA	27
ANTONIO MELCHIORS	15
BENEDITA IZABEL GOMES	03
BENEDITO DA COSTA	03
BENEDITO DA SILVA	30
BENEDITO MARINS DE ANDRADE	31
BENEDITO MARTINS DE OLIVEIRA	31
BENEDITO SANTANA	26
BONIFACIA LIMA DE CAMPOS	14
CARMEN CORREA FERREIRA	18
CELSO FERREIRA GOMES	28
CLAUDIO DA S. BARBOSA	11
CLEMILDES MARCHETTI	21
CLEONICE VICENTINA PERROT GODOY	19
CRISTIANE REGINA LUDKE DA SILVA	05
DANIEL VINICIUS DE SOUZA MELO	08
DIEGO MATIAS ESCOBAR	08
DIVAIR DE PAULA MEDRADO	08
DORACI HELIO FIORIO	21
DULFE FERREIRA	22
EDENILSON DE MAGALHAES	02
EDILSON LOURENCO MAXIMO	04
EDINÉIA SOARES DE AMORIM	24
EDIVALDO JOSE DA SILVA	23
ELAINE DA CRUZ FIGUEIREDO	14
ELEAQUIM DE MATOS	12
ELENA TURCATO	21
ELIO DE CARVALHO	27
ELIZABETH DE ARRUDA PINTO BASTOS	20
ELIZANDRA NEVES DOS SANTOS	11
ELLEN CRISTINA GOMES MAYA	27
ELZA MARIA GOMES DA SILVA	15
ENIS LUCIA DE PINHO OLIVEIRA	07
ESMERALDO RIBEIRO FILHO	29
EURICO BENEDITO DE TOLEDO	04
EVILAZIO NEVES DA SILVA	03
FABIANA ZANELA	15
FABICLICY BERNEGOZZI DE ALCANTARA	27
FABIO DO NASCIMENTO	05
FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA	23
GABRIEL CORREA	06
GENESIO RIBEIRO DO NASCIMENTO	17
GENIVAL JOSE NUNES DE ARRUDA	23
GEOVANE SHUMACHER BRANDÃO	13
GERSON JERONIMO DA SILVA	11
GILMAR ALVES SANTIAGO	31
GILMAR ANDRADE DA SILVA	28
GILSO DE ANDRADE	24
GONCALO SANTANA DE AMORIM	25
HELENA NUNES DE MORAES	03
HELTON CARLOS DE MEDEIROS	27
HENRIQUETA DO CARMO BARBOSA SILVA	15
HERBERT RAMOS DA SILVA	04
HERONILDES FRANCISCO VIEIRA	26
HOMERO CARVALHO FILHO	06
IGNACIO REI DE UNGRIA	31
ILCA MARIA PINTO	05
INACIO SANTANA DA SILVA	18
IOLANDA BENEVIDES LEITE	19
IRANY VILLELA DE MELLO LIMA	01
ISMAEL GONCALVES RIBEIRO	20
IVANOEL SANTANA DE MATOS	22
IVETE VICENTINA DE AMORIM	19
IVO SCHROEDER	09
IVONETE RODRIGUES DE MACEDO	14
IZAQUE JANUARIO DA COSTA	10
JACI ALBUES PETRONILIO	28
JAIRO JOAO TAVARES	22
JANE MARIA LEITE RIBEIRO DE MORAES	20
JANUARIO RUFINO MENDES	10
JEOVAH SYDNEI DE CASTRO	28
JEZIEL ANDRÉ FERREIRA SOBRINHO	02
JOAMIR SANTANA DUARTE	26
JOAO BOSCO MOREIRA	29
JOAO FILOMENO DE ANDRADE	08
JOAO JOSE RODRIGUES	22
JOÃO PAELO	12
JOAO PEREIRA DA SILVA	15
JOAO RODRIGUES DE ALMEIDA	12
JOÃO SALVADOR DA SILVA	24
JOAO SANTANA DA SILVA	24
JOAO TEODORICO MOREIRA	01
JOARY CATARINO ARANTES	27
JOILSON FRANCISCO DA SILVA	02
JOSE ANTONIO RUEDA	24
JOSE DA SILVA MAIA	07
JOSE DO CARMO NOBRE	16
JOSE DO EGITO BONFIM SALES	19
JOSE FERREIRA DA SILVA	02
JOSE FRANCISCO DE SOUZA	06
JOSE GOMES COELHO	08
JOSE MARCOS MONTEIRO DA SILVA JR	28
JOSE MARIA DE ARRUDA E SILVA	10
JOVINO GUIMARAES DO NASCIMENTO	08
JUAREZ COIMBRA ORMONDE	07
JULIA ARRUDA DA SILVA	30
JULIA LEITE SURUBI	21
JURANDINA MONTEIRO LOPES DE ARAUJO	01
LAILZE MARIA DE MAGALHAES	07
LAUREN LOGSDON	28
LEILA OLIVEIRA NEVES MORAES	19
LENILZETE CÃNDIDA DE CAMPOS MELO MARTINS	19
LEONARDO HALLAK ALCANTARA	08
LEONINO FERREIRA DA SILVA	14
LETICIA CARVALHO DE SOUZA	19
LIONOR SILVA SANTOS	02
LOURDES ANTONIA FERREIRA	31
LUCIANO MONAI MONTESSI	07
LUIS ROBERTO DIAS	02
LUIZ ALBERTO DA SILVA ARAUJO	20
LUIZ BENEDITO DOS SANTOS	10
LUIZ CARLOS TACITO	08
LUIZ MAURO EVANGELISTA	11
LUZINETH MARTINS MARCOS	02
MANOEL FRANCISCO DE ARRUDA FILHO	13
MANOEL SILVIO FERREIRA	11
MARCELO MARTINS GUIMARAES E SILVA	04
MARCIA MARION LOBO	23
MARCIO BENEDITO DE AMORIM	02
MARIA ANTONIA DA SILVA SANTOS	18
MARIA AUXILIADORA DO NASCIMENTO SOUZA	31
MARIA AUXILIADORA TAVEIRA BASTOS LARA	02
MARIA DA PENHA SILVA TEOTONIO	13
MARIA DE LOURDES OLIVEIRA RAMOS	11
MARIA DO CARMO PEDROSO DE BARROS	17
MARIA IZABEL DA ROCHA ZANINI	02
MARIA LUCIA LOURENÇO DE SOUZA	28
MARIA LUIZA POSSANI DA COSTA	08
MARIA MACEDO FRANCO PARREIRA	24
MARINA PAULA DE ARRUDA	30
MARIO PINTO DE OLIVEIRA	02
MARIZE FRANCISCA DE ARRUDA	29
MARLENE ALVES FUME DE MELO	12
MARTA AFONSO MACHADO	29
MARTINS TOLEDO DE MELO	27
MIRTES BENEDITA DA SILVA RONDON	06
NAZARIO FRAZÃO DE ALMEIDA	28
NELSON JUVENAL DA SILVA FILHO	30
NEUZA RIBEIRO MONTEIRO DA SILVA	14
NILTON GONCALVES DE MIRANDA	15
ODETE DO NASCIMENTO MIRANDA	18
ORLANDO DE ANDRADE	14
OSCARINO SEBASTIÃO GOMES	13
OTACILIO ROSA	10
PAULO FELIX CASTRO DE ALMEIDA	22
PEDRO MESSIAS DE SOUZA	12
PERCILIA BENEDITA SIQUEIRA BARBOSA	07
RAMILDO GOMES DE LIMA	07
ROBERTO AURELIO DE ARAUJO AMORIM	27
ROBERTO TAUKAI	05
RODRIGO PIROLO GATZKE	19
ROOSEVEL MOTTA	30
ROSEMILDA BATISTA CUCCHI	21
SEBASTIANA FERREIRA PONCE	20
SEBASTIAO SABINO DO PRADO	11
SELMANY SOARES DE MORAIS	15
SIMONE CRISTINA TARANTIN GRANADO DOS SANTOS	26
TIAGO NONATO DOS SANTOS PEREIRA	19
VALDECI NAVES DO NASCIMENTO	14
VALDECY RODRIGUES DA SILVA	14
VALDENIR BENTO DE SOUZA	11
VALDESON CANDIDO DA SILVA	30
VALDIM FERREIRA LIMA	22
VANIA MAYSA DE MATTOS BARROS	16
VILMA DA CRUZ CAMPOS	03
WALDEMIR NUNES FONTOURA	31
WALDES RODRIGUES DE MELO	13
WALDIR MAGALHÃES VALÉRIO DA SILVA	03
WILSON GOMES DA SILVA	03
ZENI SALETE BOFF	13
ZILMA APARECIDA GONCALVES	24
ZUNILDE FARIA DA COSTA	17